



REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO

**PROGRAMA TRANSDISCIPLINAR PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE – CACHOEIRO DE  
ITAPEMIRIM - ES**

***TRANSDISCIPLINARY PROGRAM FOR THE SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT OF MONTE ALEGRE COMMUNITY  
“QUILOMBOLA” - CACHOEIRO OF ITAPEMIRIM - ES***

*Wellington Correia<sup>1</sup>  
Marco Aurélio Borges Costa<sup>2</sup>  
Marcos Balbino<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este trabalho trata do desenvolvimento sustentável da comunidade de remanescentes de quilombolas de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Revela como a intervenção da universidade, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão, tem contribuído para o desenvolvimento da região, com especial ênfase para as atividades turísticas que despontam como uma das principais vocações do lugar. Apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo é diagnosticar a sociedade local e possibilitar o conhecimento do perfil sócio-econômico da comunidade, visando subsidiar ações de planejamento estratégico, entre outras. Apresenta os resultados do planejamento estratégico desenvolvido com base no diagnóstico pelos próprios moradores. Este planejamento servirá para orientar o futuro da localidade sendo uma peça que respeita as características dos moradores, uma vez que foi desenvolvida por eles. Conclui apresentando as novas etapas do projeto, com o objetivo de congregar teoria e prática no ensino do Turismo e de outras áreas afins.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Turismo. Quilombolas.

---

<sup>1</sup> Turismólogo, Mestre em Ciências da Informação. Coordenador dos cursos de Gestão de Turismo e Comunicação Social do Centro Universitário São Camilo–ES. [wellingtoncorreia@saocamilo-es.br](mailto:wellingtoncorreia@saocamilo-es.br)

<sup>2</sup> Cientista Social, Mestre em Cognição e Linguagem. Professor de Sociologia e Antropologia do Centro Universitário São Camilo–ES. [marcoborges@saocamilo-es.br](mailto:marcoborges@saocamilo-es.br)

<sup>3</sup> Historiador, Mestre em Sociologia. Coordenador do Curso de História do Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo. [marcosbalbino@saocamilo-es.br](mailto:marcosbalbino@saocamilo-es.br)

**Abstract:** *This essay presents the sustainable development of the remainders community of "quilombolas" from Monte Alegre, in Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. It shows how the university interference in means of research, education and extension, has contributed for the development of the region, with special emphasis for the tourist activities as a start of one of the main vocations of the place. It presents the results of a research aiming at diagnosis the local society, enabling the knowledge of the social economic profile from the community, aimed at providing financial support for actions in strategies planning and others. It introduces the results of the strategy planning developed based on diagnosis from the own inhabitants. This planning will help to guide the future of the place, being a project that respects the inhabitants' characteristics, since it was made by them. The article concludes presenting the new stages of the project that will be followed, aiming at connect tourist practical and theory education and other similar areas.*

**Key-words:** *Sustainable development. Tourism. "Quilombolas" (descending of black slaves).*

## Introdução

O Programa Transdisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Monte Alegre denominado **Passos da Liberdade** é uma iniciativa do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, que envolve ensino, pesquisa e extensão e integra, ainda, os cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

Ele foi estruturado como instrumento pedagógico para a formação de uma cultura de empreendedorismo social e de cidadania no corpo discente, por meio de ações concretas que transcendem a teoria do desenvolvimento sustentável, amplamente disseminada em quase todas as áreas do conhecimento para, efetivamente, viabilizar mudanças sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas no âmbito dessa comunidade.

As ações do programa fundamentam-se nos postulados éticos de um desenvolvimento centrado no ser humano, conforme Sachs (2003, p.20):

**Desenvolvimento das pessoas**, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; **desenvolvimento para as pessoas**, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e **desenvolvimento pelas pessoas**, emponderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários.

Desenvolvido em parceria com a Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre (Acreqma) a partir de fevereiro de 2006, o Programa busca melhorar a qualidade de vida nessa comunidade e promover mais equidade econômica, por meio da geração de empregos e renda, e a inclusão social, através da educação e da valorização da cidadania.

O Programa está criando estratégias e condições técnicas para capacitar os moradores à implantação de infra-estrutura necessária à comunidade, ampliar o envolvimento do poder público e da iniciativa privada na viabilização e na captação de recursos, qualificar a interação social e fortalecer a construção da identidade cultural da comunidade.

O Programa **Passos da Liberdade** prevê, ainda, um conjunto de ações transdisciplinares, abrangentes e estruturantes, em que se prioriza a efetiva participação dos moradores e de suas lideranças como sujeitos ativos e multiplicadores e a interação permanente dos parceiros institucionais do Programa visando à transferência de conhecimentos e tecnologias.

Procuramos, na seqüência do texto, fazer um breve histórico da formação e da caracterização da comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, apresentando alguns dados básicos, para, em seguida, descrever parte do programa **Passos da Liberdade**: o diagnóstico, o programa de concessão de bolsas e as primeiras fases do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável. Enquanto os apresentamos, discutimos os dados gerados e os benefícios trazidos por essas ações.

## Um novo olhar sobre os quilombos

Até recentemente, só se ouvia falar de quilombos nos livros didáticos, e como algo do passado. Contudo, por causa da luta de diversos grupos e movimentos, um novo olhar se dirige aos remanescentes dos antigos quilombos que ainda vivem nas mesmas terras, em comunidades geralmente rurais e, normalmente, com dificuldades de todos os tipos.

Hoje, passada à escravidão, o termo quilombo toma novas conotações. Oriundo do termo *mbundu*, de origem africana, cujo significado provavelmente estava ligado a uma sociedade de jovens guerreiros dos *Imbagdala* (SIQUEIRA, 2007, p.4), o quilombo não era uma organização exclusivamente brasileira. Esse legado da escravidão é percebido na Colômbia, no Equador e em vários países da América Latina.

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve um tipo de resistência que poderíamos considerar a mais típica da escravidão [...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas e tinha nomes diferentes: na América espanhola: Palenques, Cumbes; na inglesa, Maroons; na francesa, grand Marronage e petit Marronage [...]; no Brasil, Quilombos e Mocambos e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros (REIS, 1996, p.47).

No Brasil, os quilombos estavam presentes em praticamente todo o país. Dos Anjos (2004, p. 9-10) nos dá um mapa de como eles se distribuem na atualidade:

Na Região Sul, apenas os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina apresentam 9, 1 e 5 registros respectivamente. A Região Sudeste apresentou ocorrências em São Paulo (43), Minas Gerais (28), Espírito Santo (11) e Rio de Janeiro (6). A Região Centro-Oeste registrou 7 remanescentes em Goiás, 6 no Mato Grosso e 5 no Mato Grosso do Sul. A Região Nordeste tem uma expressão numérica de relevância no Brasil, sendo computados 250 remanescentes na Bahia,

163 no Maranhão, 23 em Sergipe, 16 em Pernambuco e Alagoas, 14 no Rio Grande do Norte, 11 na Paraíba e no Ceará e 7 no Piauí. Em algumas unidades da federação, como Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, que não apresentaram registros oficiais, acreditamos que existam remanescentes de quilombos, entretanto, só mapeamos os dados coletados e com alguma referência concreta de existência.

As comunidades quilombolas espalhadas pelo país têm um patrimônio histórico e cultural inestimável. Em alguns casos, preservaram práticas culturais centenárias, trazidas por seus ancestrais diretamente do continente africano. São expressões de religiosidade, de arte, além de técnicas agrícolas e medicinais desenvolvidas pelos indivíduos na construção da sua sobrevivência nesse ambiente. O conceito de quilombo precisou transformar-se para dar conta da realidade atual dessas comunidades, que não são simplesmente um repositório de memória e história, mas também sujeitos concretos que precisam ser incluídos socialmente no que diz respeito a suas tradições.

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Apenas na Constituição de 1988, não sem muita polêmica, o tema dos quilombos, ou dos remanescentes de quilombos, voltou à tona. De quem era a terra onde eles habitavam? Como viviam esses brasileiros? E suas tradições?

A expressão "remanescente das comunidades de quilombos", que emerge na Assembléia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma "dívida" que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária (LEITE, 2000, p.339).

O quilombo, sob este prisma, é, na atualidade, muito mais do que direito a uma parcela de terra. É, sobretudo, um direito de ser reconhecido, de ter um passado, de ser rememorado como resistente contra a escravidão. Com ele, surge uma nova pauta nacional dos direitos dos afro-descendentes. Assim, "(...) afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas" (LEITE, 2000, p.335).

Monte Alegre, uma comunidade rural em Cachoeiro de Itapemirim, ao Sul do Espírito Santo, é uma dessas comunidades remanescentes de quilombos. A situação geral não difere do que se observa nessas comunidades pelo Brasil afora: falta de saneamento básico, atendimento na saúde, infraestrutura, educação e perda da identidade cultural, entre outras.

Contudo, em Monte Alegre, algumas realidades começaram a se transformar a partir do início do Programa **Passos da Liberdade**, que busca atender a todas as dimensões da comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na localidade, com a preservação da cultura e o desenvolvimento sustentável.

A riqueza histórica e cultural, assim como os problemas sociais existentes na comunidade, tornam-na um laboratório privilegiado para que os alunos ponham em prática seus conhecimentos, já exercitando a cidadania e desenvolvendo um senso de responsabilidade social. O grande desafio é sair do discurso fácil do desenvolvimento sustentável para, efetivamente, implementar ações que gerem auto-sustentabilidade para a comunidade de Monte Alegre.

## **Caracterização da comunidade**

Os remanescentes de quilombolas objetos do presente texto se localizam na comunidade de Monte Alegre, a 37 quilômetros do município-sede, Cachoeiro de Itapemirim. É uma comunidade rural, distando 10 quilômetros da rodovia ES 482, no sentido Cachoeiro de Itapemirim x Alegre. Sua formação se deu por volta de 1888, intensificando-se com a Abolição da Escravatura. A liberdade, entretanto, foi limitada devido à falta de recursos para garantir o sustento das famílias então formadas. Tal situação levou os pioneiros da comunidade a sucessivos momentos de aquisição e perda de seus meios de subsistência, terras e benfeitorias.

Atualmente, a comunidade é formada por 130 famílias, totalizando 560 moradores, dos quais 450 são descendentes diretos de escravos. Essas famílias vivem da agricultura de subsistência. A maioria das pessoas trabalha como diarista ou meeiro nas fazendas da região, com uma renda mensal média de um salário mínimo. A comunidade enfrenta dificuldades de toda ordem: não existe saneamento básico; a água é captada em poços artesianos e os esgotos despejados em fossas; não há telefonia; o acesso é prejudicado devido às condições precárias das estradas; há apenas uma escola de ensino fundamental; a coleta de lixo é semanal e são raros os programas ou ações públicas voltadas à geração de emprego e renda.

Essa situação ganhou novas perspectivas depois da criação da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre (Acreqma), que vem buscando estratégias para a manutenção da identidade cultural da comunidade. Sua principal conquista foi o reconhecimento e a certificação pela Fundação Cultural Palmares, em 2004, como uma das primeiras comunidades do gênero no Espírito Santo. Atualmente, a

comunidade aguarda o relatório técnico de uma equipe multidisciplinar a serviço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que identificará e caracterizará o território quilombola para titulação coletiva e definitiva das terras, conforme legislação vigente. Dos 10 hectares das áreas atuais, a comunidade, com a titulação, terá 250 hectares.

Entre outros aspectos positivos, a comunidade apresenta enorme potencial para agroturismo, ecoturismo e turismo cultural. Existem esforços para a manutenção de sua identidade cultural por meio da preservação do seu patrimônio material, imaterial e memorialístico. Entre outros, destaca-se o importante trabalho de resgate do Caxambu, dança tradicional dos escravos, além da história e da memória oral da comunidade. A região onde se localiza a comunidade remanescente de quilombolas, Monte Alegre, também possui inúmeros recursos naturais. Está às margens da Floresta Nacional de Pacotuba e da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cafundó, uma das maiores do estado.

## Diagnóstico

O primeiro passo do Programa **Passos da Liberdade** foi realizar um completo diagnóstico sócio-econômico da comunidade, verificando *in loco* a situação vivida pelos quilombolas de Monte Alegre.

Nesse diagnóstico foram confirmadas diversas situações que, embora já se supusesse, não estavam descritas de forma mais sistematizada.

Foram avaliados itens relacionados à organização social da comunidade, à saúde e à qualidade de vida local. A seguir, apresentamos alguns aspectos de maior destaque no diagnóstico.



## Família e renda

Observamos nos dados referentes à comunidade residente em Monte Alegre, que, nela, prevalece o modelo ocidental tradicional de família. Esse modelo foi adotado pelos remanescentes de escravos, uma vez que os modelos de parentesco de seus ancestrais apresentavam variabilidade maior constituindo-se a partir de complexas normas de trocas e de alianças, estudadas por antropólogos africanistas.

O passar dos anos e a aculturação a que foram submetidos alteraram os modelos familiares herdados e trazidos da África, que eram percebidos como promíscuos pelos portugueses católicos.

De acordo com os dados, a maioria dos lares é composta por pessoas casadas (65%). Desse total, é interessante observar que cerca de 61% optaram pelo casamento apenas no civil. Pode-se depreender desse fato que o aspecto religioso do casamento não é de destaque na comunidade. O percentual de pessoas em situações familiares diversas representa um percentual pequeno da amostra (12,5%).

Os dados indicam que as famílias não são muito grandes. Tal informação se complementa com o número de ocupantes por lar (cerca de 76% dos lares têm até cinco ocupantes). São necessárias mais observações acerca desse assunto do tamanho das famílias, uma vez que sua causa pode ser decorrente de um planejamento familiar bem realizado, o que não parece ser o caso, ou um alto índice de mortalidade infantil, considerando ainda que a baixa natalidade em zonas rurais seja um fato raro.

Quanto à renda, é preocupante a situação de subsistência das famílias. Embora seja praticada uma agricultura de subsistência na comunidade, a baixa

renda sugere carências das mais diversas. Os dados revelam que 48% das famílias sobrevivem com menos de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais. A maior parte da comunidade é composta de lavradores. Uma parcela significativa dos cônjuges atua na lavoura, juntamente com companheiro e filhos. Também chama a atenção o percentual de lares sustentados por aposentados (25%).

### **Habitação e infra-estrutura**

Embora a totalidade das famílias estudadas resida em casas de alvenaria, essas residências apresentam precárias condições de habitação. A energia elétrica está presente também na totalidade da amostra. É insignificante o percentual de residências alugadas, sendo amplamente superado pelo de residências cedidas (22%). Percebe-se por esse dado que não há uma tradição de alugar casas, mas de cedê-las a membros da comunidade que não têm residência própria. As residências que possuem entre quatro e seis cômodos atingem a marca de 64%, o que não é sinal de qualidade das construções, fato que pudemos comprovar observando *in loco*.

Se no quesito energia elétrica não há grandes problemas na comunidade, a questão do saneamento básico é preocupante. Cerca de 15% das residências não possuem banheiros próprios, compartilhando o uso com outras famílias. As águas residuais dos sanitários são destinadas a fossas rudimentares ou fossas sépticas. Não há tratamento de esgotos ou uma destinação alternativa. Quanto à água, ela é proveniente de cacimbas e poços artesianos, sem tratamento adequado, sendo que 20% das famílias pesquisadas não possuem água encanada, tendo de carregá-la dos pontos de coleta até a residência para poder utilizá-la.

Diante de tal situação, era de se esperar que um maior número de doenças de veiculação hídrica se mostrasse presente. No entanto, apenas 9,5% das doenças mais frequentes apresentadas possuem tais características. Esse dado carece de mais explicações, verificando-se, especificamente, se os relatórios dos postos de saúde confirmam os dados, ou se há incoerência dos registros ou da percepção das doenças como de veiculação hídrica.

### **Programa de concessão de bolsas de estudos**

Em 2006, foram concedidas 24 bolsas de estudo para o ensino superior à comunidade de Monte Alegre por meio de convênio de cooperação técnica com a Acreqma. Dessas, 19 foram no curso de Gestão de Turismo, quatro no curso de Pedagogia e uma em Administração. É importante ressaltar que essas bolsas não fazem parte de programas sociais dos governos federal e estadual, mas integram um amplo trabalho social e de cidadania desenvolvido pelo Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo. Complementando a parceria, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim disponibilizou um veículo que faz o transporte diário e gratuito dos acadêmicos.

Essa iniciativa vem trazendo enormes benefícios à comunidade: o principal deles é o aumento da auto-estima. Novos olhares se lançam sobre a comunidade, especialmente pelos 24 bolsistas, agora sob orientação e rigor metodológico que a universidade exige. Devido ao Programa, os bolsistas estão pesquisando temas relativos ao desenvolvimento sustentável da comunidade em seus trabalhos de conclusão de curso. Além disso, atualmente, 12 trabalhos de pesquisa científica (monografias, dissertações e teses) com temas relacionados a Monte Alegre, no âmbito do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo e de outras Instituições de Ensino Superior, foram

concluídos ou estão em elaboração. Segundo VENTURA (2007, p.12), não há conhecimento público de nenhum trabalho do gênero realizado anteriormente.

Um dos grandes sonhos dos moradores de Monte Alegre pôde ser realizado, recentemente, devido à concessão dessas bolsas. A comunidade desejava ter na escola de ensino fundamental uma diretora oriunda do próprio lugar, conhecedora das necessidades e da cultura quilombola. Hoje, a diretora da escola é Fabiana de Souza, bolsista do curso de Pedagogia que aplica os conhecimentos aprendidos no Centro Universitário para o desenvolvimento da comunidade.

Outro benefício gerado pelo ingresso de quilombolas de Monte Alegre no ensino superior por meio do programa de bolsas foi a motivação aos demais moradores da comunidade no que se refere ao estudo formal. A escolaridade da comunidade, em geral, é muito baixa, sendo a maioria da população analfabeta funcional (até a 4ª série completa). Em pesquisa recente, conduzida pelos bolsistas do Programa **Passos da Liberdade**, com alunos das escolas da comunidade, percebeu-se, nos jovens, nova motivação para concluírem os estudos: cursar uma faculdade. Um total de 48 jovens e adultos quilombolas voltou estudar este ano. Desses, 33% estavam afastados da escola há mais de 10 anos.

A comunidade viveu mais de um século de isolamento com todas as dificuldades advindas dessa situação, sem nenhuma perspectiva de uma formação educacional de nível superior. A partir do Programa **Passos da Liberdade**, a comunidade quilombola de Monte Alegre vivencia uma nova realidade. De modo geral, tem repercutido positivamente na comunidade o fato de alguns autóctones estarem cursando uma faculdade, o que eleva a auto-estima geral da população do local. Ventura (2007, p.12) atesta essa mudança:

Um século inteiro se passou e dentre várias outras, uma pergunta não pode ficar sem resposta. Em todo esse tempo o que mudou para os negros da Comunidade Quilombola de Monte Alegre? Podemos afirmar que o biênio 2005-2006 foi como divisor de águas para a história da comunidade. A partir deste período, melhorias sociais e políticas passaram a ser freqüentes na composição da história local.

Os alunos de Gestão de Turismo e Administração também estão aplicando seus conhecimentos em prol do desenvolvimento da comunidade. Antes do Programa **Passos da Liberdade**, Monte Alegre não recebia turistas. A atividade era desenvolvida de forma desordenada e sem exploração mínima das potencialidades do local. Agora, já com um controle maior e um planejamento das atividades turísticas, é possível mensurar a crescente entrada de recursos oriundos da atividade turística na comunidade.

As visitas turísticas à comunidade são administradas pelo Instituto de Ecoturismo e Meio Ambiente Bicho do Mato, uma ONG formada por autóctones, em sua maioria universitários bolsistas. Em 2006, com o início do Programa, a comunidade recebeu 239 turistas. No primeiro semestre deste ano, 600 pessoas visitaram Monte Alegre. A previsão é de que até o fim deste ano a Comunidade Quilombola de Monte Alegre receba 1.200 turistas, a maioria estudantes de escolas públicas e privadas, do ensino fundamental à universidade, professores participantes de cursos de História da África, grupos de profissionais liberais em busca de mais contato com a natureza, na trilha ecológica da Flona de Pacotuba e da cultura e história afro-brasileira, em especial o Caxambu.

Os turistas visitam pequenos empreendimentos rurais, a trilha ecológica do Escravo Adão na Flona de Pacotuba, assistem a apresentações culturais, entre elas o Caxambu, ouvem a descrição da história oral de Monte Alegre e degustam a saborosa gastronomia rural com pratos típicos da cozinha afro-brasileira. Em apenas um ano e meio, o turismo, dentro do Programa **Passos**

**da Liberdade**, já envolve 16 pequenos proprietários, 30 produtos locais e gera, mensalmente, renda extra de R\$ 800,00 para a comunidade.

### **Plano de desenvolvimento sustentável local**

Verifica-se, atualmente, como consequência do atual modelo de desenvolvimento econômico, grande desigualdade social e a sua incapacidade de atender às necessidades de todos. Nesse sentido, a comunidade precisa definir o modelo de desenvolvimento que quer adotar para seu município e região, especialmente no que se refere ao turismo como alternativa econômica e de transformação social. É preciso fazer a opção clara pelo turismo sustentável.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) entende como pressupostos do turismo sustentável o desenvolvimento sem deterioração dos recursos naturais e do meio ambiente; a administração com renovação dos recursos ao mesmo tempo em que são utilizados; a busca de recursos que se renovem ou regenerem mais rapidamente; a consciência de que é preciso satisfazer a necessidade do momento sem comprometer a capacidade de atender a futuras gerações.

Entretanto, Swarbrooke (2000, p.69) ressalta que a sustentabilidade, no sentido amplo do termo, pode significar situações diferentes, em destinações diferentes:

Nas áreas rurais e urbanas em que as atividades tradicionais como a agricultura e indústria pesada estão em declínio, a sustentabilidade significa desenvolver formas de turismo que substituam a renda e os empregos que estão sendo perdidos naquelas indústrias tradicionais, assegurando dessa forma que a comunidade possa se auto-sustentar no futuro.

Não se trata apenas de proteger o meio ambiente. A sustentabilidade está na viabilidade econômica do local em longo prazo e na justiça social que a atividade turística pode promover. O desafio da sustentabilidade está, justamente, em administrar o turismo nas destinações, maximizando os impactos positivos e minimizando os negativos.

Neste sentido, é fundamental a análise dos impactos positivos e negativos do turismo no núcleo receptor. Entretanto, a busca do lucro e do crescimento em curto prazo ainda perdura, numa antítese do desenvolvimento sustentável. Há uma pressão, cada vez maior, para um segmento do turismo mais responsável, ou do consumo responsável do turismo. Constata-se esse movimento em inúmeras diretrizes para o desenvolvimento sustentável emitidas por órgãos públicos e organizações não-governamentais, em campanhas sobre o meio ambiente, no desenvolvimento de padrões de intervenções ambientais e na produção de guias para o turismo responsável.

Nessa perspectiva, é preciso compor os chamados arranjos produtivos locais e as parcerias público-privadas (PPPs). Segundo Sachs (2003, p.42), o ponto de partida é a constituição de fóruns regionais de desenvolvimento, em que estejam representadas todas as forças sociais locais. Nessa arena, superando a cultura clientelista, considerando um diagnóstico participativo, devem ser identificadas as potencialidades do território e suas formas de utilização, forjando compromissos e atribuindo responsabilidades aos diferentes atores: poder público nos três níveis de governo, entidades públicas não-estatais, instituições locais.

Uma das questões cruciais para composição do arranjo produtivo na cadeia do turismo está justamente no modelo de desenvolvimento adotado e no planejamento em longo prazo. Políticos e técnicos do turismo estão cada vez mais conscientes das conseqüências econômicas, sociais e ambientais da

expansão excessiva e mal planejada do turismo. É preciso se preocupar menos com a quantidade de turistas e mais com o bem-estar da população residente. Desenvolvimento implica progressos simultâneos nos âmbitos social, ambiental e econômico.

Adotando as premissas do desenvolvimento sustentável, professores e alunos do Curso de Gestão de Turismo, dentro do Programa **Passos da Liberdade**, estão elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Monte Alegre, que busca soluções para as seguintes questões, entre outras: como garantir desenvolvimento e preservação cultural com a introdução de novas tecnologias nas comunidades? Como introduzir a produção artesanal dos pequenos produtores rurais quilombolas num mercado globalizado? Como as comunidades quilombolas conseguirão acessar as políticas públicas destinadas a elas, como protagonistas de sua história?

De acordo com Motta (2007, p.7), o processo de planejamento envolve diagnóstico e análise das potencialidades multi-setoriais, proporcionando um enfoque global das atividades econômicas, sociais e culturais da região. Para aquelas atividades consideradas básicas estão sendo consolidadas estratégias e estabelecidos objetivos e metas.

As etapas do trabalho desenvolvidas são:

- elaboração do projeto pela equipe do Curso de Gestão de Turismo;
- realização da pesquisa de campo pelos acadêmicos do Curso;
- realização de oficinas de Planejamento Participativo na Comunidade Quilombola de Monte Alegre para levantamento de potencialidades,



problemas e propostas de soluções, elaboração de metas, instrumentos e ações e definição de programas viáveis para comunidade;

- formação de grupos na comunidade para definição de estratégias e ações nas áreas de Educação e Cultura, Trabalho e Renda e Infra-estrutura e Saúde e Meio Ambiente;

As próximas etapas serão, a realização de um seminário para apresentação do Plano de Ação e a validação das informações à comunidade e aos parceiros e de uma “mesa de pactuação de projetos e ações”, momento em que cada parceiro adota uma ou mais ações do plano para sua realização. Membros da comunidade serão responsáveis pelo monitoramento do Plano, uma espécie de “anjo da guarda” da ação. Essas pessoas serão responsáveis pelas informações sobre a ação que estiver monitorando.

Conforme Motta (2007, p.7), a estratégia está sendo composta por ações fundamentais para o desenvolvimento sustentável, devidamente ordenada segundo os diversos aspectos da atividade, de forma a se obter coerência com as condições regionais. No estabelecimento da estratégia geral, está sendo avaliada a questão da integração da população local, objetivando a otimização dos benefícios.

As ações estratégicas contêm aspectos sociais, econômicos, ambientais e infra-estruturais para garantir o ordenamento do desenvolvimento e a sustentabilidade das gerações futuras. É importante ressaltar que todo planejamento está sendo pautado na visão protecionista e de valorização do meio ambiente e da cultura local, na pretensão de orientar o poder público, a comunidade e a iniciativa privada, visando à maximização das atividades condizentes com a vida econômica da região, estabelecendo ações que

canalizem o máximo de benefícios sociais e ambientais, o que resultará no desenvolvimento integrado das Áreas dos Remanescentes de Quilombolas de Monte Alegre.

Segundo Motta (2007, p.7), a estratégia está sendo elaborada com a participação efetiva da Comunidade Quilombola por meio de encontros e visitas. Houve diversas visitas à comunidade pelos alunos, não só para a obtenção dos dados para a elaboração do diagnóstico, mas também para, simultaneamente, iniciar a sensibilização e a mobilização da comunidade quilombola existente no município de Cachoeiro de Itapemirim visando ao trabalho de construção coletiva. É necessário propiciar espaços de socialização de informações para os participantes da elaboração da Estratégia para que todos possam entender os processos de decisão sobre os mecanismos e instrumentos de gestão e planejamento das atividades envolvidas e neles interferir.

## Conclusão

O Programa **Passos da Liberdade** ainda está em seus primeiros passos. Ele também propõe a realização de uma pesquisa e a análise do potencial produtivo da localidade pela equipe do Curso de Administração, coordenada pela empresa júnior Ideal. Esse trabalho busca o estabelecimento de parcerias com indústrias e associações empresariais para orientar a produção na comunidade. O maior potencial, atualmente, está na produção de farinha de mandioca e fruticultura. O programa pretende treinar e capacitar a comunidade para a oferta de serviços alimentares, com vistas à obtenção do selo de inspeção municipal e a conseqüente comercialização de produtos da agroindústria familiar, agregando valor, gerando emprego e renda. Esse trabalho será desenvolvido pelos cursos de Nutrição e de Gestão de Turismo.

Outras ações são os registros etnográfico e historiográfico, bem como a produção de um documentário, já em andamento, para divulgar a comunidade como depositária da história e da cultura afro-brasileira. Trata-se de ações conjuntas dos cursos de História e Comunicação Social (Jornalismo e Propaganda e Publicidade). A comunidade apresenta enorme potencial para o turismo cultural. Existem esforços para a manutenção da sua identidade cultural, por meio da preservação do seu patrimônio material e imaterial. Entre outros, destaca-se o importante trabalho para resgate do Caxambu (dança tradicional dos escravos, conhecida em outras regiões como Jongo), além da história e da memória da comunidade quilombola. Estas pesquisas subsidiarão a criação de roteiros e a caracterização da comunidade como destino turístico cultural e de ecoturismo do Estado.

O programa prevê, ainda, a Inclusão Social, por meio da Inclusão Digital, e um levantamento fauno-florístico que embasará o desenvolvimento de projetos relacionados ao agronegócio, com ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, do artesanato, das agroindústrias, do agroturismo e a conservação da biodiversidade local. É importante ressaltar que Monte Alegre está às margens da Floresta Nacional de Pacotuba e da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cafundó, uma das maiores do Estado. Esta pesquisa permitirá a sensibilização da comunidade, por meio da educação e da interpretação ambiental, para a utilização racional e a preservação dos recursos naturais.

Enfim, trata-se de um conjunto de ações transdisciplinares, que já está resultando em significativas melhorias na qualidade de vida dessa população.

## Referências

DOS ANJOS, R. S. A. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: **VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf>>. Acesso em 27/08/2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf)>. Acesso em 29/08/2007.

MOTTA, A.A.V. Passos da Liberdade: planejamento participativo. **NEXT**, Cachoeiro de Itapemirim, Ano II, n.2, p.7, janeiro de 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história do quilombo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>>. Acesso em 28/08/2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: gestão e marketing. São Paulo: Aleph, 2000.

VENTURA, Leonardo. Escrevendo a própria história. **Descubra Espírito Santo**, Cachoeiro de Itapemirim, Ano I, n2, p.12, junho de 2007.